

Saul António Gomes

Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas



2
Marinha
Grande

Palimage
Imagem Palavra

**NOTÍCIAS E
MEMÓRIAS PAROQUIAIS
SETECENTISTAS**

**2
MARINHA GRANDE**

**Viseu
2005**

Edição em formato digital: Abril de 2014

ISBN: 978-989-703-089-5

Título: *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas – 2. Marinha Grande*

Introdução histórica e transcrição paleográfica de Saul António Gomes

Capa: Palimage Editores s/ Mapa *La parte settentrionale del regno di Portogallo (...)* de Giovani Maria Cassini, Roma, 1794, in António Campar et al., *Olhar o mundo, ler o território. Uma viagem pelos mapas [Coleção Nabais Conde]*, Instituto de Estudos Geográficos / Centro de Estudos Geográficos – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2003, p. 175 e Fábrica de vidros da Marinha Grande, segundo plano dos Irmãos Stephens (1860). (Desenho de Nogueira da Silva) (Gravura reproduzida de Carlos Vitorino da Silva Barros, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande*, Lisboa, 1969)

© 2005 Palimage Editores e

Centro de História da Sociedade e da Cultura

Direitos reservados por Palimage Editores, Lda.

Co-edição: Centro de História da Sociedade e da Cultura

Palimage Editores

Apartado 3105

3511-907 Viseu

Tel. 232 432 244

Faxe 232 432 247

e-mail: palimage@palimage.pt

site: www.palimage.pt

ISBN 972-8999-03-8 (Palimage Editores)

ISBN 972-99999-0-2 (Centro de História da Sociedade e da Cultura)

Depósito Legal n.º 240092/06

Data de edição: Dezembro 2005

Tiragem: 500 exemplares

Execução Gráfica: Palimage / Publito

Distribuição: Palimage Editores

Rua Conde D. Henrique, 18, 1.º Esq. Fte.

4715-349 Braga

Telef./Faxe 253 25 83 84

e-mail: distribuicao@palimage.pt

Apoio da Câmara Municipal da Marinha Grande

Saul António Gomes

**NOTÍCIAS E
MEMÓRIAS PAROQUIAIS
SETECENTISTAS**

**2
MARINHA GRANDE**



Palimage Editores
A Imagem e A Palavra

APRESENTAÇÃO

O Centro de História da Sociedade e da Cultura, da Universidade de Coimbra, tem em execução, desde 2003, um projecto multidisciplinar para estudar a Região Centro de Portugal no presente e no passado. O objectivo principal é descobrir e caracterizar identidades às escalas local e regional, para, designadamente, suportar projectos de crescimento e de desenvolvimento viáveis, auto-sustentados e duradouros. Assenta em três pilares, a saber: num levantamento de “*Fontes e Estudos*” (vazados numa base de dados de informação digitalizada e aberta às autarquias e ao público em geral); na elaboração e divulgação de “*Estudos*” parcelares (de espessura temporal/histórica variável) com vista a definir identidades à escala local; na realização e divulgação de “*Sínteses*” de dimensão regional sobre os mais diversos domínios (a territorialidade, a sociogenética, as economias, os poderes, as culturas, os patrimónios, as comunicações...).

Na sequência de anteriores projectos, também neste o C.H.S.C. está decidido a prestar particular atenção às fontes históricas, sobretudo às que adquiriram dimensão *cultural reprodutora*, ou seja, às que, por efeito sinérgico, motivaram outras produções culturais, por vezes de natureza bem diferente. Umas e outras, pela sua conexão patrimonial, formam conjuntos e, por tal e como tal, *exigem* ser publicadas. Caem, indubitavelmente, neste critério as *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas do Centro de Portugal*, cujo parentesco cultural será devidamente estabelecido, por certo, em mais que uma das publicações agora encetadas.

Com um critério de divulgação singularizado, pretendemos partir do conhecimento de territórios e comunidades típicas e tipificadoras de diversidades geográficas e históricas (em alguns casos até contrastantes) para

chegarmos aos contornos e às identidades das regiões (no caso, da Região Centro de Portugal) e, em última instância, do País e da Nação Portuguesa.

Claro está que nem a identidade regional, nem a identidade nacional (que, por certo, sairão mais vivas dos resultados do Projecto de investigação em curso) devem colidir com a construção (talvez utópica) de uma civilização ecuménica, nem com a legítima afirmação de pertença a um lugar, a um bairro, a uma aldeia, a uma cidade. No fim de contas, com o direito de se ter uma *pátria*, a terra dos pais.

Cremos que *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas* podem concorrer (em grande parte, por efeito de estar(em) bem elaborado(s) o(s) *Inquérito(s)* de 1721, 1732 e 1758) para a identificação de *sítios* e lugares que albergaram pequenas comunidades humanas, inseridas em configurações de espaços físicos, etnográficos, económicos, político-administrativos, culturais, mentais, hagiográficos que, eventualmente, continuamos a desconhecer e que, no entanto, suportam o corpo e a alma do Portugal mais profundo. Os governantes, *Iluminados*, do século XVIII sentiram a curiosidade e a necessidade de proceder a levantamentos *estadísticos*/estatísticos, a descrições e narrativas, a corografias e a representações cartográficas que pudessem proporcionar imagens reais e verdadeiras, às escalas micro e macro, de um Reino/País que desejavam administrar melhor. Hoje, como ontem, esse desafio continua válido.

João Marinho dos Santos
(Coordenador Científico do C.H.S.C.)

INTRODUÇÃO

Em Portugal, regista-se desde cedo a recorrência, por parte da Administração Pública, em tempos medievos ou já nos séculos modernos, a inventários documentais organizados segundo critérios geográficos e corográficos. Deveremos recordar aqui, por exemplo, as Inquirições dos reinados de D. Afonso II, D. Afonso III e seu sucessor. Foi justamente D. Dinis, por exemplo, que, por finais do século XIII, determinou a recolha de informação precisa acerca dos tabeliados e sua distribuição pelas Comarcas e Bispados¹. Ainda no seu governo, por 1320-1322, procedeu-se ao levantamento, por todo o Reino, dos rendimentos das igrejas, a fim de serem definidas as taxas devidas à Cúria avinionense².

Reinando D. João I e, pouco depois, no texto normativo das Ordenações Afonsinas, recolheram-se os róis dos besteiros do conto devidos por municípios e terras senhoriais à Coroa³. Nesse mesmo reinado, aliás, o olhar europeu de um natural de Lamego e Rei de Armas do Senhor da Boa-Memória, em 1416, deixa-nos uma surpreendente descrição de Portugal e dos demais Reinos relevantes no campo da política eclesiástica polarizada em torno do Concílio de Constança (1414-1418)⁴. Os itinerários percorridos

¹ Cf. A. H. de Oliveira Marques, “A população portuguesa nos fins do Século XIII”, *Ensaios da História Medieval Portuguesa*, 2.^a edição, Lisboa, Vega, 1980, pp. 51-92.

² *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, Coimbra, 1792, Livro 1, título 68, §§ 20, 21 e 28; título 69, § 38.

³ *Vd.* Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal* (Nova edição preparada por Damião Peres), Vol. IV, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1971, pp. 90-144.

⁴ *Livro de Arautos. De Ministerio Armorum. Script. Anno MCCCXVI*, ms. Lat. 28, *J. Rylands Library (Manchester)*, edição e tradução de Aires Augusto Nascimento, Lisboa, 1977.

pelo Conde de Ourém, D. Afonso, embaixador de Portugal ao Concílio de Basileia (1431), lograram um texto de viagens atento à geografia de cidades, povos e costumes da Europa meridional e mediterrânea⁵.

Em Quatrocentos, o desenvolvimento do aparelho gestor público, ao serviço da progressiva centralização do poder real, obrigou à afinação de métodos burocráticos que permitissem corresponder satisfatória e positivamente às necessidades administrativas e fiscais da Coroa. Pedidos e empréstimos, por parte dos Senhores Reis de Portugal e do Algarve desses tempos, atingindo valores frequentemente muito avultados, são, ainda hoje, recordados por registos de contabilidade diplomática guardados nos nossos arquivos⁶.

São bem conhecidos dos historiadores os cadernos do “Numeramento de 1527”, extensíveis a grande parte do Reino⁷, bem como os das Comarcas de Leiria e de Santarém, de 1537, nos quais se aplicam critérios descritores de informação populacional e fiscal vulgarmente apontados por prova da modernidade do Estado português quinhentista⁸. Conhecer o Reino, pelo número e categoria social ou profissional dos seus habitantes, foi uma questão permanentemente em aberto no Portugal desses históricos tempos imperiais. Ela esteve subjacente, por exemplo, ao levantamento estatístico da

⁵ *Diário da Jornada do Conde de Ourém ao Concílio de Basileia* (Apresentação e leitura de Aida Fernanda Dias), Ourém, Câmara Municipal de Ourém, 2003.

⁶ *Vd. Jorge Faro, Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsídios documentais)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística – Centro de Estudos Económicos, 1965; Iria Gonçalves, *O Empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo Almoxtarifado de Évora*, Lisboa, Ministério das Finanças, 1964; Idem, *Pedidos e Empréstimos Públicos em Portugal durante a Idade Média*, Lisboa, Ministério das Finanças, 1964.

⁷ *Vd. João José Alves Dias, Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, Lisboa, 1996; Júlia Galego e Suzanne Daveau, *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento Cartográfico*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1986.

⁸ Iria Gonçalves, “Notas de Demografia Regional: a Comarca de Leiria em 1537”, in *Revista da Faculdade de Letras*, IV Série, n.º 1, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1976-1977, pp. 405-456; António de Oliveira, “A População da Comarcas de Leiria e de Santarém em 1537”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XV, Coimbra, 1975, pp. 235-299; Idem, “A população de Caminha e Valença em 1513”, in *Bracara Augusta*, Tomo XXX, Fasc. 69 (81), Braga, 1976.

cidade de Lisboa, de 1552, por João Brandão de Buarcos⁹, como, ainda, ao de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, de 1554¹⁰ e de Frei Nicolau de Oliveira, de 1620¹¹, bem assim a outras relações das cidades e vilas de Portugal em séculos posteriores¹².

Nova parece ter sido a capacidade de acrescentar a imagem e a cartografia à mera palavra escrita. Desde a aparição da *Chronica Mundi*, de Nuremberga, em 1493, depois reeditada outras vezes, que se multiplicaram, em verdade, pelo olhar de estrangeiros ou de portugueses, as vistas, as plantas, as pinturas e as gravuras de cidades, vilas e bairros urbanos de todo o Portugal¹³. O *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas, é uma peça primigénita neste novo processo de organização do conhecimento do Reino por parte dos seus governantes¹⁴. A ela devemos juntar as *Geografias* e as *Corografias* lusíadas, como as de João de Barros¹⁵, de Mestre António¹⁶, de Rui

⁹ *Magestade e Grandezas de Lisboa em 1552* (texto impresso sob a direcção de Anselmo Braamcamp Freire, comentários e notas de Gomes de Brito), in *Arquivo Histórico Português*, Vol. XI, Lisboa, [1921]; *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552* (organização notas de José da Felicidade Alves), Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

¹⁰ *Summario em que brevemente se contem algumas cousas (assi ecclesiasticas como seculares) que ha na cidade de Lisboa*, Lisboa, German Galharde, 1554.

¹¹ *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Oficina de Jorge Rodriguez, 1620.

¹² Viagens que não apenas atentas a aspectos estatísticos, mas sobretudo paisagísticos e pitorescos. Entre elas, poderemos citar as do Cardeal Alexandrino (1571), a de Bartolomé de Villalba y Estaña (1575) e a de João Baptista Confalonieri. *Vd. Por terras de Portugal no século XVI. Bartolomé de Villalba y Estaña. Gianbattista Confalonieri*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002; Joaquim Veríssimo Serrão, “Uma estimativa da população de Portugal em 1640”, *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668). Estudos Históricos*, Lisboa, Colibri, 1994, pp. 155-241; João Pedro Ferro, *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Presença, 1995.

¹³ *Vd. A. H. de Oliveira Marques*, “Os condicionalismos técnicos”, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica* (Coord. de João José Alves Dias), Vol. V de *Nova História de Portugal* (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Presença, 1998, pp. 53-82; 69-76; J. Romero Magalhães, “As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650. Esboço de problemas”, in *Revista de História Económica e Social*, n.º 5, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1980, pp. 15-56.

¹⁴ Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas* (Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco), Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e INAPA, 1997.

¹⁵ João de Barros, *Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* (nota preambular de João Grave), Porto, 1919.

¹⁶ “Uma descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António”, editado por Luciano Ribeiro in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vol. 21, Fasc. 3-4, Porto, 1959, pp. 442-460.

Fernandes¹⁷, de Cristóvão de Oliveira¹⁸, de Damião de Góis¹⁹, de Gaspar Barreiros²⁰ e de Duarte Nunes de Leão²¹, entre outros²², a descrição de “jornadas” reais²³, a emergência de mapas de Portugal, como o de Fernando Álvares Seco, de 1560 ou 1561²⁴, bem assim a visão “arqueológica” de André de Resende na sua obra *De antiquitatibus Lusitaniae* (editado em 1593) e, mais tarde, essa mundividência de real e sonho que é a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto.

As paisagens urbanas ganham lugar nas páginas iluminadas de manuscritos (veja-se a bela portada do Foral Manuelino de Évora, de 1500²⁵), na

¹⁷ “Descripção do terreno em roda da cidade de Lamego duas leguas”, in *Collecção de Ineditos de História Portuguesa*, 2.^a edição, Vol. V, Lisboa, 1926, pp. 546-613; *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas [1531-1532]* (edição crítica de Amândio Morais Barros), Porto, Beira Douro. Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro, 2001.

¹⁸ *Summario em que brevemente se contem algumas cousas (assi ecclesiasticas como seculares) que há na cidade de Lisboa*, Lisboa, s. d. [1553-1554] (edição recente (*Lisboa em 1551. Sumário em que Brevemente se contém Algumas Coisas assim Eclesiásticas como Seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*) por José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

¹⁹ *Elogio da Cidade de Lisboa. Urbis Olisiponis Descriptio* (Versões latina e portuguesa. Introdução de Ilídio do Amaral. Apresentação, edição crítica, tradução e comentário de Aires A. Nascimento), Lisboa, Guimarães Editores, 2002.

²⁰ *Chorographia de alguns lugares que estão em hum caminho que fez Gaspar Bareiros o anno de MDXXXVI começando na cidade de Badajoz em Castella te à de Milam em Italia*, Coimbra, 1561 (reimpressão, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1968).

²¹ *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1610.

²² *Vd.* Eugénio Asensio, “Memorias de un fidalgo de Chaves (1510-1517). Descripción de la Roma de Julio II y León X”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, T. XIII, Lisboa, 1970; *Duas Descrições do Algarve do Século XVI. Frei João de S. José. Corografia do Reino do Algarve (1577); Henrique Fernandes Sarrão, História do Reino do Algarve (circa 1600)*, (apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães), Lisboa, Sá da Costa, 1983; Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos, *De Coimbra a Roma. Uma viagem em meados de Quinhentos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.

²³ Como a de D. Sebastião ao Alentejo e ao Algarve, em 1573. *Vd.* Francisco de Sales Loureiro, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve. A alteração das linhas de força da política nacional. Texto do cronista João Cascão*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

²⁴ Alves Ferreira, Custódio de Moraes, Joaquim da Silveira e Amorim Girão, *O mais antigo mapa de Portugal (1561)*, separata do *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, Coimbra, 1957; A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, pp. 70-71.

²⁵ *Foral Manuelino de Évora*, Lisboa, Câmara Municipal de Évora e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

ÍNDICE

Apresentação	7
Introdução	9
O Concelho da Marinha Grande: Nota Histórica	19
Carta das Freguesias do Concelho da Marinha Grande	33
Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas	
Questionário das “Memórias Paroquiais” Setecentistas de 1758	37
<i>Marinha Grande</i>	43
<i>Vieira de Leiria</i>	61